

# COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

## PROJETO DE LEI Nº 5.164, DE 2016

Dispõe sobre a padronização de placas de sinalização de endereços em vias urbanas.

**Autor:** Deputado PAULO AZI

**Relator:** Deputado SAULO PEDROSO

### I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei objetiva estabelecer regras relativas à padronização de placas de sinalização de endereços em vias urbanas.

Dessa maneira, fica estabelecido que todas as placas sinalizadoras de vias e endereços deverão ser padronizadas com escritas em tamanho a ser lido legivelmente a uma distância de cinquenta metros.

Ainda, deverá ocorrer a racionalização da demarcação dos limites de velocidade das vias, evitando a colocação de placas com diversos limites na mesma via de acesso, e da instalação de radares de velocidade, promovendo uma distância mínima de um para o outro de pelo menos dois quilômetros.

Nos termos do art. 32, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão de Desenvolvimento Urbano manifestar-se sobre o mérito da matéria.

Em seguida, a proposição será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para a análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



A proposição em exame está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões e tramita em rito ordinário.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o nosso relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, cabe esclarecer que o projeto que ora analisamos já recebeu, nesta Comissão, parecer apresentado pelo ilustre Deputado De Jorge Patrício, o qual não chegou a ser apreciado. Dessa forma, por entendermos que o assunto foi abordado com muita propriedade pelo então Relator, adotaremos como nosso o voto proferido, nos seguintes termos:

“De pronto, reconhecemos a boa intenção da proposta em análise. Com objetivo de se garantir meios que proporcionem padronização e melhores condições de legibilidade das placas sinalização de logradouros urbanos e dos limites de velocidade das vias, o autor mostra seu zelo pela orientação e segurança dos cidadãos e do trânsito.

Entretanto, não se pode desconsiderar que o Brasil possui muitos Municípios, com uma fantástica diversidade histórica e cultural. Impor um modelo único de placas de identificação de logradouros, desde metrópoles como São Paulo até pequenas cidades dos rincões do interior brasileiro, seria medida racional? Tamanhos, cores, formatos e letras padronizados seriam igualmente adequados para vias de trânsito rápido das grandes cidades e para vielas históricas de cidades antigas, por exemplo? Pensamos que não...

Ademais, quanto à padronização da sinalização de trânsito, esta sim essencial para a circulação segura e o entendimento pleno para qualquer condutor habilitado, já dispomos de farta normatização e padrões mundialmente estabelecidos. Desde convenções internacionais, passando pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB – e seus anexos, e chegando à



normatização do Conselho Nacional de Trânsito – Contran –, a sinalização de trânsito busca ser universal e compreensível a todos os seus habilitados.

As autoridades locais, com circunscrição sobre as vias urbanas e conhecedoras das necessidades do tráfego local, têm disponíveis ampla relação de placas e dispositivos de controle e organização do trânsito, todos padronizados, previstos nas normas anteriormente descritas. Mesmo as regras gerais sobre mudanças de limites de velocidade em vias e intervalos e distâncias mínimas para fiscalização são objeto de regulamentação do Contran, que é o órgão máximo normativo do Sistema Nacional de Trânsito.

O próprio CTB, instituído pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, remete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição, a tarefa de: 1) planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas (art. 24, II) e; 2) implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário (art. 24, III).

Não por acaso, a Constituição Federal, ao definir as competências em matéria de desenvolvimento urbano, estabelece caber à União “*instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos*”. No âmbito do direito urbanístico, situado na esfera da legislação concorrente, a competência da União deve limitar a estabelecer normas gerais.

Assim, em que pese a boa intenção do autor, a padronização de placas de sinalização de endereços em vias urbanas constitui detalhamento incompatível com as normas gerais que se esperam da legislação federal. De fato, a matéria em comento é tipicamente de interesse local.”

Pelo exposto, nosso voto é, quanto ao mérito, pela REJEIÇÃO do PL nº 5.164, de 2016.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.



Deputado SAULO PEDROSO  
Relator

2025-6306

Apresentação: 23/05/2025 14:54:32.407 - CDU  
PRL 1 CDU => PL 5164/2016

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257012781900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Saulo Pedroso

